



INSTITUTOS FEDERAIS E A EDUCAÇÃO FINANCEIRA: O CASO DO IFINANÇAS

Luis Oscar de Araujo Porto Henriques¹
Maria Luiza Firmiano Teixeira²
Tarrara Alves Horsth³

Resumo: O Brasil é um país que tem taxas relevantes de endividamento de sua população e sua população admite uma grande dificuldade em lidar com o dinheiro, inclusive o tratando como tabu. Neste sentido, criou-se a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) como uma política pública com vistas a disseminar a educação financeira (Decreto 10.393/2020) (BRASIL,2020). Assim, o objetivo deste trabalho é, partindo de um caso concreto, discutir essa possibilidade de implementação efetiva da política pública de educação financeira por intermédio de Institutos Federais. Como foco, apresenta-se a ação extensionista IFinanças. Idealizado no início de 2020, no âmbito do IF Sudeste MG, realizado em meio virtual, acessível e organizado para alcançar a comunidade com os temas organização financeira, direito do consumidor e introdução aos investimentos. Avançando, implementou-se novas práticas, tais como, a inclusão de aulas ao vivo com palestras complementares, um novo módulo sobre educação financeira para pequenos empreendedores (com a participação de uma servidora do IFNMG), e a tradução das aulas para Libras. De forma complementar, criou-se um Instagram que, com a ajuda de alunos bolsistas, ganhou conteúdo visual e atrativo para ampliar a disseminação de informações sobre finanças. O IFinanças, em sua quinta edição, alcançou mais de duas centenas de pessoas, entre concluintes e parcialmente frequentes. Este trabalho apresenta os resultados deste exitoso projeto, bem como os desafios enfrentados ao longo de suas cinco edições.

Palavras-Chave: IFinanças. Extensão. Educação. Finanças. Institutos Federais.

¹Doutor em Engenharia Elétrica, professor titular da carreira EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - campus Juiz de Fora, luis.porto@ifsudestemg.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/8940386443909489>

² Mestre em Direito, Coordenadora-Geral da Unidade de Auditoria Interna do IF Sudeste MG, maria.luiza@ifsudestemg.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/5140190644564500>

³ Mestre em Administração, professora da carreira EBTT do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - campus Teófilo Otoni, tarrara.horsth@ifnmg.edu.br, <http://lattes.cnpq.br/9978696391755763>

1. INTRODUÇÃO

A situação econômica do brasileiro avança recorrentemente para o endividamento. Os dados apresentados pelas instituições de crédito e as de pesquisa demonstram que as famílias brasileiras estão com suas finanças desorganizadas, com dívidas e, em alguns casos, em verdadeira situação de superendividamento, ou seja, sem a possibilidade de quitar seus débitos sem prejuízo de sua própria subsistência.

Por outro lado, percebendo a questão e observando que ela tem potencial de promover crises econômicas, o Estado brasileiro trouxe para as políticas públicas a temática, criando planos de promoção de educação financeira, chegando a inserir na Base Nacional Curricular, que versa sobre conteúdos tratados obrigatoriamente no Ensino Médio, o conteúdo, ainda que de forma transversal.

Diante deste problema, poderiam as estruturas governamentais de educação federal colaborar com a disseminação deste conhecimento? A resposta nos parece positiva. De forma destacada, há que se pensar nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Tais estruturas foram criadas no final de 2008 com a intenção de interiorizar o ensino técnico e tecnológico no Brasil, tendo como objetivos, dentre outros, desenvolver atividades de extensão em articulação com o mundo do trabalho e segmentos sociais produzindo desenvolvimento e transferência de conhecimento, além de promover processos educativos para a emancipação do cidadão.

Assim, a proposta deste trabalho é discutir se uma proposta de extensão é capaz de ganhar adesão e auxiliar na promoção da cultura de uma educação financeira. Especialmente, este artigo toma como objeto o projeto de extensão IFinanças, desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais - IF Sudeste MG, entre os anos de 2020 e 2023. Essa ação é realizada em meio virtual, organizada e abrangente quanto ao público, com a intenção de promover a cultura da organização financeira, noções de direito do consumidor, introdução aos investimentos e finanças para pequenos empreendedores

O artigo aborda, ainda, a exposição das atuais estatísticas relacionadas à condição financeira do brasileiro, identifica as políticas públicas relacionadas à atividade de extensão como objetivo dos Institutos Federais, além do já mencionado, caso concreto.

2. METODOLOGIA

Marconi e Lakatos (2010, p:139) definem que a pesquisa “é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, que requer um tratamento científico e se constitui no caminho para conhecer a realidade ou para descobrir verdades parciais”.

Considerando que a pesquisa explicativa tem por objetivo aprofundar o conhecimento da realidade, procurando analisar, registrar, classificar e interpretar os fenômenos estudados identificando seus fatores determinantes (ANDRADE, 2010), o trabalho ora apresentado vale-se de uma abordagem qualitativa, explicativa. Isto porque o artigo avança nas explicações acerca de como um projeto de extensão em educação financeira contribui para efetivação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e para a melhoria das condições informacionais dos cursistas.

Os tipos de pesquisa utilizados foram a pesquisa bibliográfica documental e de campo, com a experiência dos autores, além de um tratamento de dados partindo dos documentos gerados no âmbito do projeto, tal qual formulário de inscrições dos cursistas. O tratamento dos dados foi baseado em triangulações para melhor apresentação dos resultados.

As fontes bibliográficas referem-se ao tema da condição financeira dos brasileiros e à disseminação da educação financeira, bem como legislações correlatas. São considerados ainda os projetos apresentados, e os relatórios entregues com os resultados alcançados a cada edição e, destacadamente, a experiências dos autores, responsáveis pela estruturação do curso e seu acompanhamento.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 O BRASILEIRO E AS FINANÇAS PESSOAIS

O Brasil é um país com dados relevantes quando o assunto é endividamento da população, segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no início de 2023, 08 em cada 10 famílias possuem dívidas (CNC, 2023). Essa, na verdade, é a taxa média do Brasil. Segundo os estudos anteriores da

mesma organização, em 2022 a taxa foi de 77,4% e agora, 78,3%. Quanto aos inadimplentes, a pesquisa indica que 29,1% das famílias estão com dívidas em atraso e 11,8% não conseguirão arcar com as dívidas (CNC, 2023).

Outra pesquisa, feita pelo Serasa, chamada de “Mapa da Inadimplência no Brasil”, divulgada em junho de 2023, informou que o país contava com 71,45 milhões de brasileiros nesta situação. Cerca de 262,8 milhões de dívidas acumuladas dos inadimplentes, com um valor médio da dívida por pessoa de R\$ 4.846,15 (INVESTNEWS, 2023).

Não obstante, existem ainda os superendividados ou endividados de risco, que não conseguem arcar com suas dívidas sem prejuízo de seu mínimo existencial, isto é, sem prejuízo de sua própria subsistência. Segundo o Banco Central, em 2022, o percentual de cidadãos nesta condição era de 14,1% (VALOR INVESTE, 2023).

Os dados evidenciam situação bastante preocupante quanto às condições financeiras dos cidadãos e das famílias. Este fato tem consequências individuais que desembocam em problemas sociais e consequências econômicas para a nação. Sob o primeiro prisma: saúde mental abalada (SERASA, 2022) e suas decorrências. No segundo aspecto, crise de inadimplência, queda de receita para as empresas, inclusive pela diminuição do consumo, produtos mais caros e mais juros, desacelerando a economia.

Não obstante os problemas macroeconômicos que envolvem o contexto, evidencia-se outra característica nacional que muito contribui para este estado de coisas: a educação. No caso, a ausência de educação financeira. Segundo os dados divulgados pela OCDE, em 2020, relativos ao PISA 2018, o Brasil era o quarto pior país em competência financeira do mundo, com 43.6% dos estudantes avaliados no nível 1 quanto às habilidades financeiras, o que significa analfabetismo no tema (VALOR INVESTE, 2020). O PISA avalia o chamado letramento financeiro, entendido como “conjunto de conhecimentos e habilidades associados ao desenvolvimento da capacidade de lidar com as demandas financeiras da vida diária e dos futuros incertos na sociedade contemporânea” (INEP, 2021).

Pelo cenário narrado, o tema torna-se candidato à criação de política pública, o que foi feito em 2010, pelo Decreto 7.397. Recentemente, novo Decreto foi editado (10.393/2020), contudo, não ocorreu mudanças na já estatuída Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF. Esta, conforme RIBEIRO (2020) se traduz em:

As ações da ENEF são compostas por programas transversais e setoriais, coordenados de modo centralizado, mas executadas de modo descentralizado. As iniciativas transversais contemplam programas de caráter multidisciplinar, com alcance nacional e que necessitam da articulação de diversos setores governamentais, instituições privadas e sociedade civil para sua formulação e implementação.

Corroborando com este encaminhamento legislativo, em 2018, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) passou a contemplar a educação financeira como um conteúdo transversal (Portarias MEC nº 1.570/2017 e nº1.348/2018).

Assim, percebe-se um amplo espaço para o desenvolvimento de atividades educacionais que tenham por objeto a disseminação do conteúdo de educação financeira, auxiliando no empoderamento do indivíduo diante das tentações do consumo e facilidades de crédito atuais.

Se o assunto é educação, o próprio Governo Federal conta com um grande conjunto de instituições, incluindo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que podem fortalecer suas políticas e estratégias, pois são geograficamente interiorizados e possuidoras de mão de obra qualificada, além de acesso à juventude, e por este motivo serão o assunto do próximo tópico.

3.2 INSTITUTOS FEDERAIS E O OBJETIVO DE TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTO

Os Institutos Federais foram criados pela Lei 11.892/2008, pela união de escolas técnicas e Cefets, dando origem a novas autarquias, com autonomia administrativa e finalidades e características delineadas. A leitura do dispositivo legal observa-se que estas estruturas voltam-se para o desenvolvimento regional, disseminação de conhecimento interligado com a sociedade, além do desenvolvimento da educação tecnológica. Característica importante dos Institutos é a sua interiorização, são 661 unidades espalhadas pelo território nacional (CONIF, 2022), dando a oportunidade de desenvolver uma diversidade de atividades em vários municípios.

Além das atividades de ensino, os Institutos Federais possuem como finalidade e objetivo, o desenvolvimento de pesquisa e extensão (BRASIL, 2008). Neste sentido,

vale citar o documento “Extensão Tecnológica: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica”, segundo o qual:

Por meio da extensão, os Institutos poderão proceder à difusão, à socialização e à democratização do conhecimento produzido e existente nos mesmos. Ao estabelecer uma relação dialógica entre o conhecimento acadêmico e tecnológico e a comunidade, a extensão promove a troca de saberes, numa inter-relação entre ambos (CONIF, 2013).

Pelo trecho, construído no âmbito das discussões da própria Rede Federal de Educação Tecnológica, percebe-se que a atividade de extensão serve à aproximação da sociedade, de forma a provê-la com conhecimento presente nas instituições, democratizando o conhecimento.

Conclui-se, portanto, que a atividade de extensão é essencial para o cumprimento das finalidades e objetivos dos Institutos Federais, devendo as ações de extensão ostentarem as características de socialização e democratização do conhecimento, estabelecendo relações profícuas com a comunidade, trazendo benefícios sociais.

Aspecto importante que não pode ser esquecido é o fato de que os Institutos Federais alcançam o público jovem, já que possui cursos de nível médio, mas também não deixa de abranger os adultos, já que pode ofertar até mesmo cursos de pós-graduação. Essa abrangência amplia a oportunidade de efetivar, por seus projetos, políticas públicas abrangentes.

Observando a necessidade social da disseminação da educação financeira, associada ao potencial instrumental que as ações de extensão representam, surge o projeto IFinanças, ação de extensão elaborada no âmbito do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais, com o objetivo de ofertar conhecimento organizado, introdutório e acessível à comunidade. Passa-se agora a apresentar o caso, bem como seus resultados em busca de demonstrar a eficiência de uma ação do tipo em efetivar uma política pública.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Em 2020, inicialmente pensado para a comunidade do IF Sudeste MG, na modalidade de curso presencial, o projeto de extensão acabou sendo migrado para o meio virtual pelo advento da pandemia de Covid-19.

O IFinanças foi estruturado por três servidores da instituição, abordando três grandes temas: organização financeira, noções de direito do consumidor e introdução aos investimentos. A ideia inicial era que o cursistas conseguissem organizar seus recursos e gastos de uma forma racional, por um método que lhe servisse melhor, bem como entendessem a importância desta organização para a sua vida pessoal; também compreendessem seus direitos como consumidor, evitando abusos que levam ao prejuízo financeiro; e, por fim, percebessem a possibilidade que os investimentos são para a realização de objetivos futuros.

Quanto à execução, o curso foi idealizado com 30 horas e a predominância de aulas gravadas pelos servidores idealizadores. Aulas expositivas previamente elaboradas e disponibilizadas na sala de aula virtual criada no Google Classroom, após a inserção no Youtube. Além disso, era planejado a cada 15 dias, a realização de uma aula ao vivo, para aumentar a interação com os cursistas. De forma adicional, com a intenção de promoção do curso e ampliar o alcance do conteúdo de educação financeira, também foi criado um Instagram para o projeto. Assim, em 2020 foi lançado o primeiro curso com a disponibilidade de 50 vagas a serem ocupadas por qualquer interessado, da comunidade interna ou externa. Como resultados do primeiro curso pode-se citar: 25 concluintes, 26 aulas gravadas, 05 aulas ao vivo e 01 live com um convidado especialista (na época, com 81 visualizações), 236 seguidores no Instagram, 80 publicações no feed (DIBO, 2020)

O início positivo do projeto levou à abertura de duas turmas no ano de 2021. Agora mais adaptados à realidade digital e ciente do alcance da proposta, a equipe procurou incluir no projeto estudantes, bolsistas e voluntários, de forma a aprimorar a atividade de extensão. Nas edições de 2021 foram abertas 100 vagas em cada oferta. Interessa destacar que na turma de setembro tivemos duas mudanças, quais sejam: a troca da facilitadora de organização financeira e a parceria de uma facilitadora externa, professora do Instituto Federal do Norte de Minas. Pela entrada desta última agregou-se ao curso um quarto módulo, com vistas a promover educação financeira

com foco no pequeno empreendedor. Uma importante novidade nas edições de 2021 foi a inserção de aulas ao vivo com especialistas convidados, tratando de assuntos complementares àqueles presentes nas aulas gravadas (HENRIQUES, 2021).

O curso do primeiro semestre obteve como resultados: 34 concluintes, 08 aulas ao vivo com especialistas, Instagram com 384 seguidores e 62 postagens no feed. Já o curso do segundo semestre: 69 concluintes, 11 aulas ao vivo, aumento de 27% dos seguidores e 87 publicações no feed (HENRIQUES, 2021).

Em 2022, em mais uma edição, o número de vagas foi ampliado para 200 e, como atividade extra, foi criado um clube do livro, com vistas a incentivar a leitura por parte dos cursistas. Com o retorno pleno das atividades presenciais em 2022 ocorreu uma certa queda no número de inscritos e certificados. Foram alcançadas 180 inscrições, com 44 certificados, e realizadas 09 aulas ao vivo, e mais 04 encontros do clube do livro. Porém, se publicou menos no Instagram, cerca de 28 publicações no feed, que alcançaram 669 contas, em média, pelas publicações. Ainda em 2022 o IFinanças foi apresentado na Semana de Educação, Ciência, Tecnologia e Cultura do IF Sudeste MG - Campus Juiz de Fora (HENRIQUES, 2022).

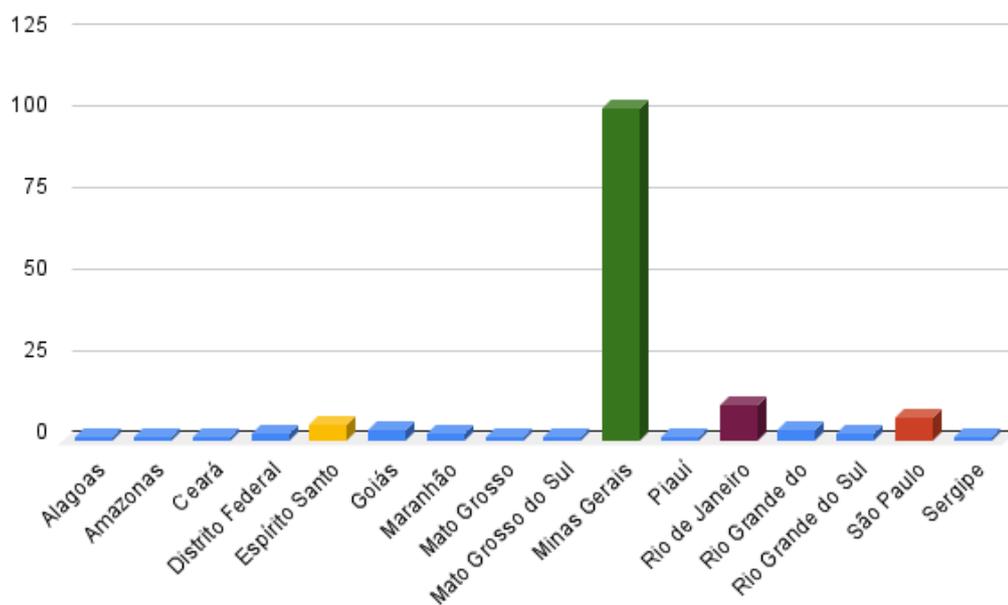
Já em 2023, no primeiro semestre, os servidores facilitadores do curso estiveram presentes no XIII Encontro Científico de Educação e Matemática do IF Sudeste MG - Campus Rio Pomba. Em julho deste ano, teve início a quinta edição do IFinanças. Interessa destacar um recorde: em 48 horas preenchemos as 150 vagas ofertadas. Além disso, mais uma inovação foi introduzida, com o apoio do Núcleo de Ações Inclusivas do Campus Juiz de Fora, o curso foi traduzido para Libras. Por fim, a experiência do curso na disseminação da educação financeira para empreendedores foi apresentada na forma de capítulo no livro “Fronteiras em Empreendedorismo: Perspectivas Teóricas e Empíricas”, editado pelo Instituto Federal do Norte de Minas (HENRIQUES, 2023).

Apresentados os resultados por oferta, interessa destacar o alcance deste projeto também sob a perspectiva geográfica e faixa etária. Considerando o total de inscritos é possível observar no gráfico 1, que 16 estados do Brasil foram alcançados pelo curso, embora a maior parte dos inscritos seja de cidades de Minas Gerais.

Já na figura 1, de forma complementar, em relação ao Estado de Minas Gerais, percebe-se inscritos de 102 Municípios, destacadamente do município de Juiz de Fora, sede do IF Sudeste MG, mas grande presença no Norte de Minas Gerais

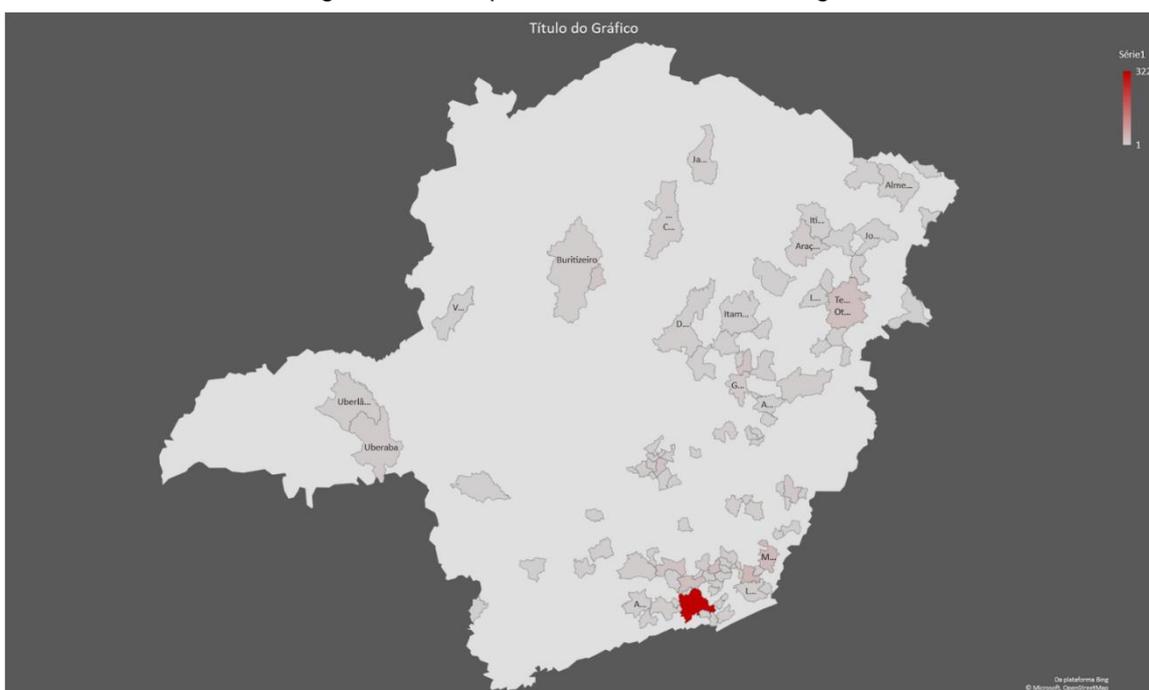
(mesorregiões do Vale do Mucuri e Jequitinhonha), pela influência da relação estabelecida com o Instituto atuante na região.

Gráfico 1: Cidades de origem dos inscritos



Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

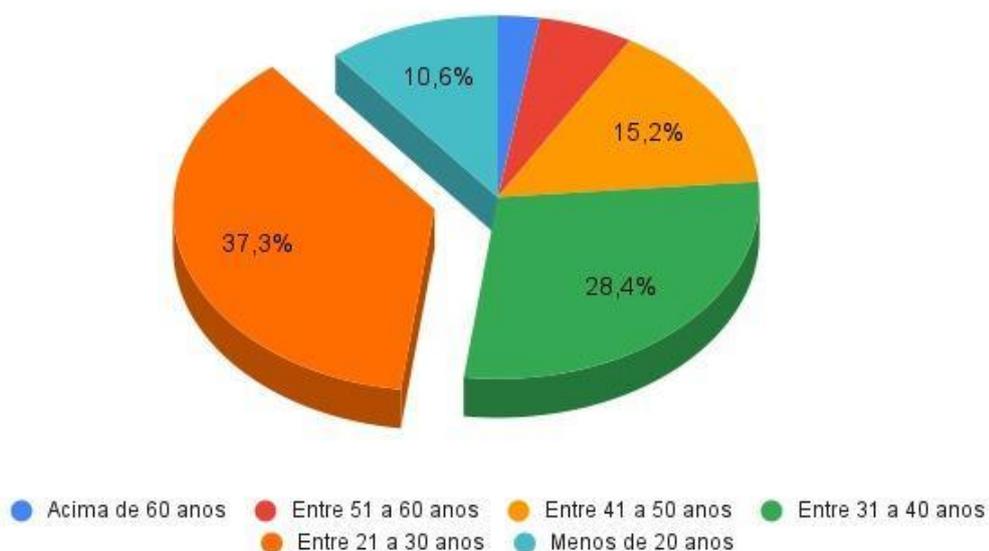
Figura 1: Municípios de Minas Gerais de origem dos inscritos



Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

Ainda quanto à faixa etária dos participantes, no gráfico 2, percebe-se a predominância do jovem adulto.

Gráfico 2: Faixa etária dos inscritos



Fonte: elaborado pelos autores, 2023.

Do conjunto de dados apresentados percebe-se o crescente impacto da ação de extensão. Evoluindo as estratégias de apresentação do conhecimento, bem como atingindo público além do esperado, fora da região de abrangência do próprio IF Sudeste MG. As razões envolvem o trabalho em rede, com a inclusão do IF Norte de Minas, por meio da participação de facilitadora daquele órgão, bem como pelo aumento do alcance em sede de redes sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo buscou evidenciar, com a apresentação de um caso concreto, que as instituições federais de ensino, especialmente os institutos federais, podem auxiliar de forma efetiva no cumprimento da política pública de disseminação da educação financeira. Para tanto, apresentou-se aqui o quadro relativo às finanças pessoais dos brasileiros, bem como o estado atual da implementação de ações para reverberar a educação financeira, passando pela importância e impositividade das atividades de extensão no âmbito da Rede Federal de Educação Técnica e

Tecnológica, culminando com a apresentação do projeto IFinanças e seus resultados e alcance.

O conjunto de dados apresentados permite observar o crescimento da ação e seu potencial alcance geográfico e de atingimento da faixa etária produtiva e desguarnecida de conhecimentos sobre o tema. Não obstante, o projeto enfrenta vários desafios comuns a iniciativas desse tipo, bem como desafios específicos relacionados à sua implementação e alcance.

Alguns dos principais desafios incluem o atendimento à multiplicidade de interesses e conhecimentos dos cursistas e o acesso. Por ser um curso online, sem limitação de localização geográfica ou classe social para inscrição, é um desafio garantir que o curso seja acessível a um público diversificado com necessidades financeiras variáveis e nem sempre introdutórias, como se propõe o curso. É comum que em uma mesma classe existam pessoas de diferentes faixas de rendas e por isso alguns conteúdos abordados, como nível de consumo, endividamento e investimentos em renda variável não consigam ser aplicáveis imediatamente a todos.

As necessidades financeiras e os níveis de conhecimento variam amplamente entre os participantes. Adaptar o curso para atender a diferentes perfis e necessidades individuais é desafiador, mas é essencial para tornar o aprendizado eficaz.

Também por isso, manter os participantes engajados ao longo do curso apresenta-se como fator de impacto, especialmente quando se trata de aulas online. É importante encontrar maneiras de manter os cursistas motivados e comprometidos até a conclusão do programa. Para isso, a equipe tem procurado constantemente buscar profissionais diversificados para aulas ao vivo, com temas variados e atrativos e prezando sempre por profissionais com boa oratória, por aulas pontuais e relevantes e por temas atualizados.

Sob o aspecto da inclusão, faz-se necessário adequar o curso nos vários aspectos da acessibilidade. Dando início ao enfrentamento desta questão, como dito anteriormente, o curso recebeu a tradução para Libras no ano de 2023, porém, as aulas ao vivo ainda não contam com um profissional habilitado para a interpretação. Ademais, existem outros aspectos de acessibilidade a serem superados, como a adequação do curso para pessoas com deficiência visual.

Por fim, existe o desafio da medição do impacto da ação de extensão. Coletar dados sobre como o conhecimento adquirido afeta suas práticas financeiras e resultados financeiros é um desafio, mas é crucial para avaliar a eficácia do programa.

Por enquanto, o IFinanças tem conseguido coletar essa informação apenas através de formulários de avaliação dos módulos e do curso como um todo. Os depoimentos dos cursistas são, em sua maioria, empolgantes e satisfatórios para a equipe organizadora, mas, ainda cabe uma pesquisa acadêmica estruturada para análise do impacto real nas alterações de comportamento do indivíduo sobre aspectos da educação financeira abordados no curso.

Educar as pessoas sobre a importância da educação financeira e incentivá-las a enfrentar o tema em um país em que falta cultura sobre o tema é desafiador, contudo, por meio de um compromisso contínuo com a melhoria do projeto, a adaptação às necessidades do público e a colaboração com outras partes interessadas, é possível avançar. É fundamental reconhecer que a educação financeira desempenha um papel importante na melhoria das condições financeiras das pessoas e, conseqüentemente, na estabilidade econômica do país, portanto, é assunto relevante para todas as organizações, destacadamente para as Instituições de Ensino, ainda mais os Institutos Federais, que possuem interiorização e dever de diálogo com a sociedade.

6. REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação**. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BERTÃO, Naiara. Brasil é o 4º pior país em competência financeira de jovens, mostra PISA. IN: **Valor Investe**, 07 de maio de 2020. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/educacao-financeira/noticia/2020/05/07/brasil-e-o-4o-pior-pais-do-mundo-em-competencia-financeira-de-jovens-mostra-pisa.ghtml>. Acesso em: 11 de set. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em 01 de out. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 10.393 DE 09 DE JUNHO DE 2020**. Institui a nova Estratégia Nacional de Educação Financeira - ENEF e o Fórum Brasileiro de Educação Financeira - FBEF. Disponível em:< https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm>. Acesso em 01 de out. 2023.

CNC. **Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC - maio de 2023)**. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/06/peic-endividamento-familias-CNC-maio-2023.pdf>. Acesso em: 11 de set. 2023.

Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF). **Extensão Tecnológica: Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. Cuiabá (MT): CO-NIF/IFMT, 2013.

Conselho Nacional das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica (CONIF). **Painel: Conheça a História**. 2022. Disponível em: <https://113anos.redefederal.org.br/#inicio>. Acesso em: 11 de set. 2023

DIBO, Thaís Brito; HENRIQUES, Luis Oscar de Araujo Porto; TEIXEIRA, Maria Luiza Firmiano. **Relatório Final IFinanças - Campus Juiz de Fora (CR023-2020)**. Não publicado. 2020.

HENRIQUES, Luis Oscar de Araujo Porto; FABRE, Camila Santos; TEIXEIRA, Maria Luiza Firmiano. **Relatório Final IFinanças - Campus Juiz de Fora (PJ030-2021)**. Não publicado. 2021.

HENRIQUES, Luis Oscar de Araujo Porto; FABRE, Camila Santos; TEIXEIRA, Maria Luiza Firmiano; HORSTH, Tarrara Alves. **Relatório Final IFinanças - Campus Juiz de Fora (PJ037-2022)**. Não publicado. 2022.

HENRIQUES, Luis Oscar de Araujo Porto; TEIXEIRA, Maria Luiza Firmiano; HORSTH, Tarrara Alves. **Projeto IFinanças - Campus Juiz de Fora (PJ202-2023)**. Não publicado. 2023.

INEP. **PISA 2021 - Matriz de Referência de Análise e de Avaliação de Letramento Financeiro**. Brasília, DF : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.

LEWGOY, Júlia. Após dois anos de histórica lei, superendividamento salta e especialistas procuram soluções. IN: **Valor Investe**, 19 de setembro de 2023. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/produtos/credito/noticia/2023/07/19/apos-dois-anos-de-lei-historica-superendividamento-da-salto-no-brasil-e-especialistas-procuram-solucoes.ghtml>. Acesso em: 11 de set. 2023.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2010.

MENESES, Amanda. Mapa da inadimplência no Brasil: especialista explica cenário atual. In: **InvestNews**, 07 de agosto de 2023. Disponível em: <https://investnews.com.br/financas/inadimplencia-no-brasil-2023/#:~:text=O%20Brasil%20possui%20um%20alto,o%20famoso%20%E2%80%9Cnome%20sujo%E2%80%9D>. Acesso em: 11 de set. 2023.

RIBEIRO, C. T. Agenda em Políticas Públicas: A Estratégia de Educação Financeira no Brasil À Luz do Modelo de Múltiplos Fluxos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 18, n. 3, p. 487-498, 2020.

SERASA. **Perfil e Comportamento do Endividamento Brasileiro 2022**. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-de-endividamento-2022/>. Acesso em: 11 de set. 2023.